

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 3,6 bilhões no mês de junho. Contribuiu para esse resultado o superávit de R\$ 3,9 bilhões do Tesouro Nacional, em parte compensado pelos déficits primários da Previdência Social e do Banco Central, de R\$ 322,5 milhões e R\$ 19,6 milhões, respectivamente. Assim, no primeiro semestre deste ano, o superávit acumulado do Governo Central atingiu R\$ 12,3 bilhões, contra R\$ 1,9 bilhão, em igual período de 1998.

O Governo Central obteve superávit de R\$ 3,6 bilhões no mês de junho e de R\$ 12,3 bilhões no semestre.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	Junho		Jan-Jun	
	1998	1999	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	12.570,5	17.970,6	88.502,3	99.902,3
I.1. Receitas do Tesouro	8.872,0	13.861,0	66.659,0	77.509,6
I.1.1 Receita Administrada Bruta	8.642,8	10.811,7	58.434,4	65.704,4
I.1.2. (-) Restituições	(665,6)	(709,4)	(955,1)	(1.350,2)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	614,4	558,9	3.500,9	3.303,4
I.1.4. Demais Receitas	284,7	3.230,8	6.138,4	10.288,4
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(4,2)	(31,1)	(459,5)	(436,4)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.698,5	4.109,6	21.843,3	22.392,7
II. DESPESA TOTAL	14.397,9	14.369,7	86.307,2	87.327,9
II.1. Transferência a Estados e Municípios	1.788,3	2.082,7	14.129,8	16.550,8
II.2. Benefícios Previdenciários	4.064,3	4.432,1	23.634,3	26.060,1
II.3. Despesas da Administração Federal	8.385,6	7.744,1	47.640,5	43.706,9
II.3.1. Pessoal e Encargos	4.548,4	4.067,8	23.965,7	22.990,7
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.837,2	3.676,3	23.674,8	20.716,2
- Abono e Seguro Desemprego	392,1	347,2	2.133,4	2.383,9
- Desapropriação para Reforma Agrária	44,5	14,2	153,2	90,4
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.400,7	3.314,9	21.388,1	18.241,8
II.4. Subsídios e Subvenções	159,6	110,8	902,6	1.010,1
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(1.827,3)	3.600,9	2.195,1	12.574,4
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	(1.461,5)	3.923,4	3.986,2	16.241,9
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(365,8)	(322,5)	(1.791,0)	(3.667,4)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(50,2)	(19,6)	(319,5)	(300,1)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(1.877,6)	3.581,2	1.875,6	12.274,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,4%	2,6%

Principais Variações	
Acumulado: Junho99/Junho98	
	12,9%
	1,2%
	10,3%
	17,1%
	-4,1%
Custeio	-12,5%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

Receitas

A receita do Tesouro Nacional totalizou R\$ 13,9 bilhões, superando em R\$ 5,0 bilhões o valor arrecadado em junho do ano anterior. Este aumento pode ser atribuído, em particular, à antecipação de recursos da venda da Telebrás e ao incremento de R\$ 2,1 bilhões nas receitas administradas líquidas.

Relativamente ao mês de maio, a receita líquida administrada apresentou crescimento de R\$ 628 milhões em decorrência dos seguintes fatores: i) maior número de semanas de fatos geradores e de dias úteis no mês, com impacto positivo na arrecadação da Cofins, PIS/PASEP, IRRF e IOF, este último em menor proporção em virtude da extinção, em 17.06.99, do adicional criado para substituir a CPMF (Portaria MF nº 348/98); e ii) cobrança da CPMF, a partir do dia 17.06.99.

Evolução no semestre

No primeiro semestre deste ano, as receitas do Tesouro superaram em R\$ 10,9 bilhões a arrecadação em igual período de 1998.

Apesar da ausência de recolhimento da CPMF na maior parte deste semestre, as receitas administradas líquidas cresceram 12,0% frente a igual período de 1998.

Este crescimento reflete, em grande parte, as seguintes medidas adotadas: i) Cofins: elevação da alíquota de 2% para 3%, compensável com IRPJ, e extensão da cobrança às instituições financeiras; ii) IRRF - Rendimento de Capital: extensão da tributação sobre aplicações financeiras às operações de cobertura; iii) IOF: incidência da alíquota de 0,38% sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos e adicional de 0,38 pontos percentuais sobre as operações de crédito; e iv) IRRF - Remessas ao Exterior: aumento no volume de remessas ao exterior.

Também contribuíram para esse crescimento: i) ingressos extraordinários no montante de R\$ 2,2 bilhões, em fevereiro, decorrente da desistência de ações judiciais (Lei nº 9.779/99 e a Medida Provisória nº 1.708/99), impactando, em particular, a arrecadação do PIS/PASEP, da CSLL e do IRPJ; e ii) recolhimento de depósitos judiciais à Conta Única do Tesouro (Lei nº 9.703/98), que perfizeram R\$ 877,7 milhões no semestre.

Com relação às demais receitas, observa-se que estas cresceram R\$ 4,1 bilhões no semestre, dos quais R\$ 2,1 bilhões referentes a concessões. Com efeito, neste período, além dos pagamentos efetuados pelas concessionárias da Banda B (telefonia móvel celular), foram recolhidos R\$ 4,7 bilhões a título de antecipações de parcelas devidas da alienação do sistema Telebrás.

No mês de junho, as despesas do Governo Federal atingiram R\$ 14,4 bilhões, apresentando ligeira queda em relação ao mesmo mês de 1998. Apesar do aumento de R\$ 662,2 milhões nos benefícios e nas transferências a estados e municípios, houve redução nas demais despesas correntes e de capital, além de pessoal e encargos. Neste caso, foi determinante a mudança na data de pagamento da folha do Poder Executivo, que fez com que o adiantamento do 13º salário, pago aos servidores na folha de junho viesse a afetar, em 1999, a execução do mês de julho.

Em relação a maio deste ano, observa-se uma redução nas transferências a estados e municípios, devido à menor arrecadação verificada em maio, além das demais despesas de custeio e capital. A variação da despesa com pessoal, comparada ao mês anterior, reflete não só o pagamento da primeira parcela dos 28,86% ao pessoal civil do Poder Executivo como também a concentração do pagamento de férias aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

No acumulado do ano, a despesa total apresentou crescimento de R\$ 1,0 bilhão (1,2%) em relação ao mesmo período de 1998, apesar do incremento de R\$ 2,4 bilhões nas transferências a estados e municípios e de também R\$ 2,4 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários.

No período de janeiro a junho, as despesas da Administração Federal reduziram-se em R\$ 3,9 bilhões (8,3%) em relação ao mesmo do período de 1998. A queda mais expressiva ocorreu nas rubricas de custeio e capital que, no conjunto, caíram R\$ 2,9 bilhões (12,5%). Excluídos os gastos

Demais Receitas		
<small>(R\$ milhões)</small>		
Itens	Jan-Jun	
	1998	1999
Dividendos	708	775
Concessão	4.042	6.188
Cta Petróleo	0	1.635
Outras	1.388	1.690
Total	6.138	10.288

Despesas

As despesas com pessoal, demais custeio e capital reduziram-se em R\$ 641,5 milhões.

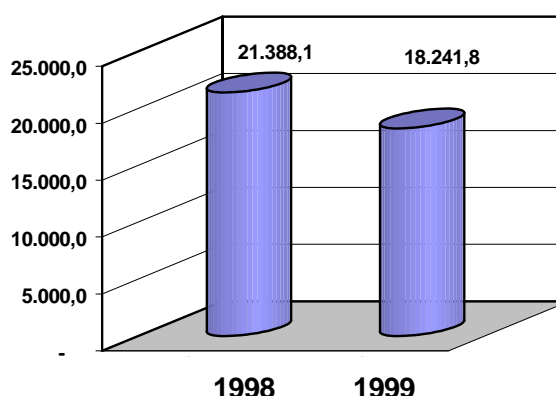
Evolução no semestre

As despesas da administração federal reduziram-se em R\$ 3,9 bilhões.

do FAT e aqueles com desapropriação de terras para fins de reforma agrária, a redução foi de R\$ 3,1 bilhões (14,7%), como decorrência do cumprimento do Decreto de Programação Financeira nº 3.031/99, com as alterações da Portaria MF nº 120/99.

Outras Despesas de Custeio e Capital
(acumulado até Junho em R\$ milhões)

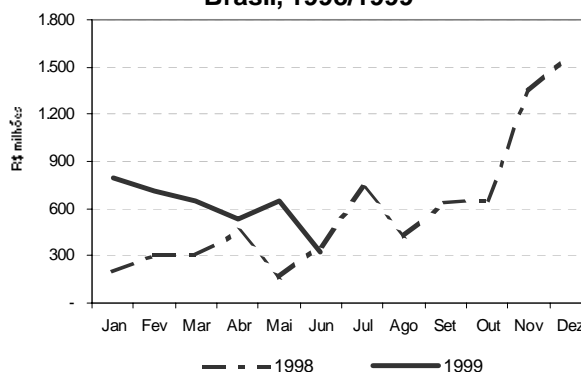
Redução de R\$ 3,1 bilhões das demais despesas de custeio e capital no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período de 1998



Previdência Social

O INSS apresentou déficit de R\$ 322,5 milhões, contra R\$ 650,7 milhões no mês anterior. Esse resultado foi influenciado pelo recolhimento de receitas de depósitos judiciais, no montante de R\$ 311,6 milhões, em função da Lei nº 9.703/98. Registre-se o impacto do reajuste do salário mínimo sobre o pagamento aos beneficiários que recebem com base no piso da tabela de benefícios.

Déficit da Previdência Social
Brasil, 1998/1999



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 178,5 bilhões, correspondente a 19,3% do PIB, no primeiro semestre.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Abr	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA	39.643	61.801	67.833
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	255.502	275.978	284.027
Dívida Contratual da STN	-157.541	-156.943	-157.944
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-58.318	-57.234	-58.249
Fat	-42.030	-41.057	-41.639
Demais Entidades	-16.288	-16.177	-16.611
II. DÍVIDA EXTERNA	106.986	109.979	110.674
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	81.897	84.841	85.302
Títulos Depositados em Garantia	-5.428	-5.572	-5.684
Dívida Contratual	30.981	31.175	31.564
Disponibilidades	-463	-465	-507
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	146.629	171.780	178.507
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	16,0%	18,7%	19,3%

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado correspondeu a 19,3% do PIB.

O crescimento de R\$ 6,7 bilhões no saldo da dívida líquida, comparativamente ao mês de maio, reflete o incremento de R\$ 8,0 bilhões na dívida mobiliária interna em mercado e de cerca de R\$ 700 milhões na dívida externa, deduzido do aumento de R\$ 2,0 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro Nacional e de fundos, autarquias e fundações.

Em junho, o estoque da DPMFi atingiu R\$ 430,7 bilhões, sendo R\$ 284,0 bilhões em poder do mercado (30,7% do PIB).

Dívida Pública
Mobiliária
Federal

TABELA 3
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Abr	Mai	Jun
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	399.044	419.992	430.675
I. Dívida com Mercado	255.502	275.978	284.027
LTN	8.981	16.220	25.806
LFT	113.105	124.817	130.506
LFT-A	3.135	4.157	4.341
LFT-B	20.386	19.694	18.329
NTN-A	6.819	7.113	7.298
NTN-D	30.130	29.968	28.922
NTN-I	1.217	1.302	1.299
NTN-P	11.039	11.165	9.852
CFT-D	4.230	4.413	2.098
NTN-E	2.642	2.652	406
NTN-S	48.300	49.275	50.099
Demais	5.518	5.202	5.072
I.2 Dívida com BACEN	143.543	80.334	82.504
LTN	8.503	228	232
NTN-B	986	235	237
NTN-L	105	-	-
NTN-S	10.825	11.044	11.228
LFT-A	96.025	33.727	34.319
LFT	25.318	33.242	34.570
Demais	1.782	1.859	1.917
I.3 Títulos em Tesouraria	-	63.680	64.145
Dívida MERCADO/PIB	27,9%	30,0%	30,7%

A relação DPMFi em mercado/PIB situou-se em 30,7%.

A variação da dívida mobiliária em mercado decorreu da incorporação de juros nominais no montante de R\$ 5,4 bilhões e da colocação líquida de títulos no montante de R\$ 2,7 bilhões.

TABELA 4
EMISSIONES, RESGATES E CANCELAMENTOS
DPMFi EM MERCADO BRASIL, JUN/99

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	30.163	370	30.533
II. Resgates	23.488		23.488
III. Cancelamentos	4.375		4.375
IV. Valor líquido (I-II-III)	2.301	370	2.671

As emissões financeiras totalizaram R\$ 30,2 bilhões, sendo R\$ 16,9 bilhões em LFT e R\$ 13,2 bilhões em LTN. Foram emitidas LTN com prazo de vencimento de até 194 dias e LFT com prazo de 728 dias, em média.

TABELA 5
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO
BRASIL, JUN/99

(R\$ milhões)

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				NOMINAL	FINANCEIRO
01/06/99	CTN	20 anos	IGP-M	144,7	15,0
02/06/99	LFT	728 dc/499 du	0,132%	2.000,0	1.997,4
02/06/99	LTN	91 dc/64 du	5,450%	1.000,0	948,3
04/06/99	LFT	726 dc/498 du	0,151%	1.850,3	1.847,5
09/06/99	LTN	91 dc/64 du	5,408%	1.500,0	1.423,0
09/06/99	LFT	728 dc/500 du	0,183%	1.500,0	1.497,3
11/06/99	LTN	89 dc/62 du	5,135%	1.500,0	1.426,7
11/06/99	LFT	726 dc/498 du	0,209%	1.000,0	997,9
16/06/99	LTN	91 dc/ 64 du	5,114%	1.000,0	951,4
16/06/99	LFT	728 dc/ 500 du	0,211%	2.588,9	2.583,5
18/06/99	LTN	89 dc/ 62 du	4,882%	2.000,0	1.906,9
18/06/99	LTN	194 dc/ 134 du	11,173%	500,0	449,7
18/06/99	LFT	705 dc/ 483 du	0,235%	2.000,0	1.995,3
23/06/99	LTN	91 dc/64 du	4,926%	2.000,0	1.906,1
23/06/99	LTN	189 dc/ 131 du	10,599%	500,0	452,1
23/06/99	LFT	728 dc/ 499 du	0,233%	2.000,0	1.995,4
25/06/99	LFT	726 dc/497 du	0,248%	1.500,0	1.496,3
25/06/99	LTN	89 dc/ 62 du	5,001%	1.500,0	1.428,6
30/06/99	LTN	91 dc/ 64 du	5,181%	2.000,0	1.901,5
30/06/99	LTN	182 dc/126 du	10,868%	500,0	451,0
30/06/99	LFT	728 dc/499 du	0,293%	2.500,0	2.492,7
TOTAL				31.083,9	30.163,5

Foram emitidas LFT com prazo de 728 dias.

Do total de R\$ 370,0 milhões de emissões não-financeiras, R\$ 137,0 milhões são referentes aos títulos emitidos para assunção da dívida do estado do Paraná, no âmbito do Proes.

Foram resgatados R\$ 4,2 bilhões em títulos que se encontravam em poder do BNDES, como decorrência da antecipação de receitas de privatização do sistema Telebrás, nos termos da Lei nº 9.711/98

Também foram resgatados R\$ 254,2 milhões em NTN-H, junto à Petrobrás, em virtude da redução do saldo devedor da conta petróleo, derivados e álcool.

Quanto à composição da DPMFi em mercado, registrou-se a continuidade do aumento da participação relativa das LTN, passando de 3,9%, em maio, para 6,0%, em junho. Os títulos indexados ao câmbio continuam tendo sua

Resgates e cancelamentos

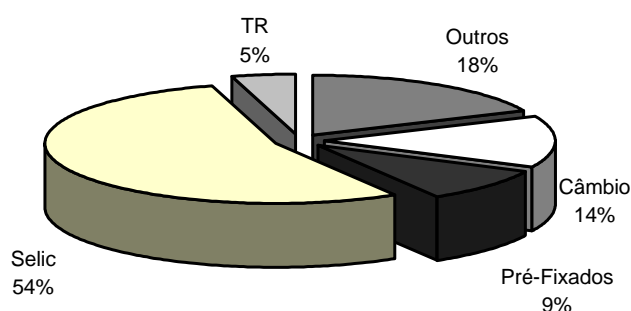
Composição

participação reduzida, caindo de 16%, em maio, para 14% no mês em análise. As LFT (inclusive LFT-A e LFT-B), mantiveram sua participação, de 66,4 % no total da DPMFi.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi
BRASIL, 1999

Título	Jun/99 (%)		
	Abr	Mai	Jun
LTN	3,4	3,9	6,0
LFT	32,7	37,6	38,3
LFT-A	25,9	24,1	23,8
LFT-B	5,3	4,7	4,3
NTN-A	2,3	2,1	2,1
NTN-D	8,6	7,1	6,7
NTN-H	0,9	0,7	0,6
NTN-P	2,9	2,7	2,3
NTN-S	15,5	14,3	14,2
NTN-E	0,7	0,6	0,1
DEMAIS	1,9	2,2	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DPMFi em Mercado
Brasil, Jun/99



Custo e Prazo Médios

Em junho, o custo médio anual dos títulos da DPMFi, emitidos por meio de processo competitivo em mercado, foi de 28,30%. Excluindo-se os títulos indexados ao câmbio, o custo médio anual em mercado foi de 23,20%, nos competitivos, e 22,14%, na totalidade dos títulos.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (% anual)

PERÍODO		TOTAL	COMP(1)
1998	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	34,54	37,26
	Nov	32,80	36,08
1999	Dez	31,32	33,71
	Jan (2)	30,42	30,90
	Fev (2)	37,11	38,24
	Mar (2)	40,02	42,42
	Abr (2)	33,65	35,38
	Mai (2)	26,20	31,52
	Jun (2)	22,14	23,20
	Jan (3)	227,40	311,41
	Fev (3)	49,22	53,33
	Mar (3)	-2,77	-11,64
	Abr (3)	12,42	14,57
	Mai (3)	34,02	34,96
Jun (3)	27,36	28,30	

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(2) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(3) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado dos títulos competitivos foi de 23,20% , excluindo-se os indexados ao câmbio.

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, foi de 10,63 meses, crescendo em relação ao mês anterior, e representando o maior prazo médio observado pelos títulos competitivos em mercado no período recente.

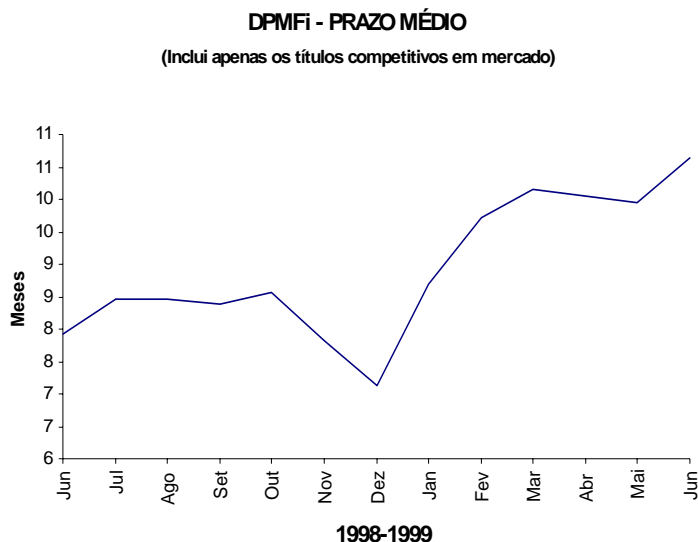


TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1998 Jun	36,05	7,92
Jul	34,52	8,46
Ago	35,89	8,46
Set	36,12	8,39
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
1999 Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

No primeiro semestre do ano, o saldo dos haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 157,9 bilhões, equivalente a 17,1% do PIB, com variação da posição credora líquida do Tesouro em R\$ 1,0 bilhão, em relação ao mês anterior.

Foram colocados R\$ 1,3 bilhão de dívida denominada “créditos securitizados”, sendo: i) R\$ 1,2 bilhão junto à CEF, com vistas à equalização relativa ao processo de aquisição de parte das carteiras comercial e imobiliária do Banco Meridional; e ii) R\$ 118,5 milhões de CVS, em favor do Banestado, devido à securitização das obrigações decorrentes do FCVS.

Destaque-se também a incorporação, ao saldo dos haveres relativos à Lei nº 9.496/97, dos valores relativos à emissão de R\$ 137,0 milhões, no âmbito do Proes, para o Estado do Paraná.

Dívida Contratual Interna

TABELA 9
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1999

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Abr	Mai	Jun
TOTAL DA STN	-157.541	-156.943	-157.944
Dívida Bancária	38.217	38.619	38.738
Crédito Securitizado (exceto CVS)	18.653	18.596	19.562
CVS	7.658	7.742	7.833
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.181	3.181	3.191
Certificados de Privatização	39	40	40
INSS	-8.769	-8.946	-9.096
Lei 7.976/89	-10.938	-11.231	-11.131
Bônus Renegociação	-17.410	-17.902	-18.368
Lei 8.727/93	-41.814	-42.243	-42.377
Lei 9.496/97	-93.588	-95.887	-96.215
Recebíveis dos Estados	-3.364	-3.392	-3.397
Recebíveis das Estatais	-25.435	-24.796	-25.075
Outros	-9.107	-9.429	-9.581
Créditos das Operações Oficiais	-12.167	-9.334	-9.425
Arrecadação a Recolher	-2.697	-1.961	-2.644
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-58.318	-57.234	-58.249
Fat	-42.030	-41.057	-41.639
Demais Entidades	-16.288	-16.177	-16.611
TOTAL	-215.859	-214.177	-216.194
TOTAL/PIB	-23,6%	-23,3%	-23,4%
TOTAL DA STN/PIB	-17,2%	-17,1%	-17,1%

O custo médio anual dos créditos securitizados reduziu-se de 11,3%, em maio, para 7,5%, em junho.

O prazo médio dos créditos securitizados apresentou pequena queda, passando de 185,5 meses, em maio, para 181,3 meses em junho. Entretanto, o custo médio anual dos créditos securitizados continua caindo significativamente, passando de 27,7% em abril para 11,3% em maio e 7,5% no mês em análise. Tal diminuição deveu-se, principalmente, à queda da TR e do Over Selic, que juntos indexam 41% da dívida securitizada.

Dívida Externa

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 110,7 bilhões, equivalentes a 12,0% do PIB.

Merece destaque a amortização, no montante de R\$ 1,5 bilhão (US\$ 826,3 milhões), da parcela dos bônus IDU, emitidos em 1992, além de parte do principal do Clube de Paris. O Tesouro Nacional também efetuou o resgate total do

bônus Eurolibra 1999, emitido em 1996, no valor de R\$ 283,6 milhões (100 milhões de libras esterlinas).

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 1999

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Abr	Mai	Jun
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	81.897	84.841	85.302
1.1. Bônus de Renegociação	62.619	65.006	65.258
Brazil Investment Bond (BIB)	1.445	1.500	1.540
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.490	5.700	4.386
Par Bond (PB)	6.944	7.209	7.399
Discount Bond (DB)	8.983	9.325	9.571
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.886	2.996	3.075
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.135	12.597	12.930
Debt Conversion Bond (DCB)	14.099	14.637	15.023
New Money Bond (NMB)	3.718	3.860	3.962
Eligible Interest (EI)	6.919	7.182	7.372
1.2. Bônus de Captação	19.278	19.835	20.044
Samurai Bond	416	425	438
Global Bond	1.246	1.293	1.327
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	897	918	937
Global Bond 2027	5.812	6.034	6.193
Eurolibra Bond	680	696	710
Eurosterling Bond 2007	402	415	419
Euro Bond 2003	879	900	918
Global 2008	673	689	703
DM 2008	2.076	2.155	2.212
Global 2004	4.982	5.172	5.309
Demais	1.214	1.138	878
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.428	-5.572	-5.684
3. DÍVIDA CONTRATUAL	30.981	31.175	31.564
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-463	-465	-507
5. TOTAL (1+2+3+4)	106.986	109.979	110.674
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	11,7%	12,0%	12,0%

Em junho, a relação dívida externa/PIB permaneceu constante.

Os desembolsos realizados em junho com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 794,6 milhões, sendo R\$ 34,1 milhões a Organismos Multilaterais; R\$ 67,8 milhões pagos a Bancos Privados e Agências Governamentais, R\$ 407,5 milhões ao Clube de Paris, além de R\$ 285,1 milhões referentes ao pagamento de encargos da dívida mobiliária externa, constituída em Eurolibra 1999 (R\$ 27,7 milhões), Bônus IDU 2001 (R\$ 177,5 milhões) e Eurolibra 2017 (R\$ 80,0 milhões).

TABELA 11
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 1999

Discriminação	Junho
	1999
I. Encargos Totais	794,6
I.1. Organismos Multilaterais	34,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	67,8
I.3. Clube de Paris	407,5
I.4. Dívida Mobiliária	285,1
Eurolibra 1999	27,7
IDU 2001	177,5
Eurolibra 2017	80,0